



## A INFORMALIDADE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL: determinações e novas configurações

Juliana Sousa de Araujo Mochel<sup>1</sup>

Talita de Sousa Nascimento<sup>2</sup>

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho discute os determinantes históricos da informalidade das relações de trabalho no Brasil, bem como a nova forma de articulação entre os segmentos formal e informal da economia brasileira face ao processo de reestruturação capitalista, que se aprofunda no país a partir da década de 1990.

**Palavras-chave:** Informalidade das Relações de Trabalho, Mercado de Trabalho, Brasil.

### ABSTRACT

This paper discusses about the historical determinants of the informality of labor relationship in Brazil, as well as the new forms of articulation between formal and informal segments of the Brazilian economy due the process of capitalist restructuring that goes deep in the country since 1990.

**Key words:** Informality of labor relationship; Labor market; Brazil.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de uma reflexão empreendida no âmbito de um projeto de pesquisa aprovado pelo CNPq, presentemente desenvolvido pelas autoras, e tem como foco a informalidade das relações de trabalho no Brasil, objetivando discutir os seus

---

<sup>1</sup>Estudante de Ciências Econômicas-UFMA-E-mail: juliana\_mochel@hotmail.com

<sup>2</sup>Estudante de Ciências Econômicas-Universidade Federal do Maranhão.E-mail talitadsn@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Doutora em Políticas Públicas-Docente da Universidade Federal do Maranhão.E-mail:neval@elo.com.br

principais determinantes e a nova configuração assumida por este fenômeno no atual contexto de reestruturação produtiva.

Isso posto, além desta introdução, o trabalho aborda, no segundo item, as determinações e a própria concepção de informalidade das relações de trabalho, segundo a perspectiva teórica assumida pelas autoras; no terceiro item, distingue os papéis da “velha” e da “nova” informalidade na conformação e no funcionamento do mercado de trabalho brasileiro; para finalizar, o texto apresenta algumas considerações conclusivas acerca do tema proposto.

## 2 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS

No Brasil, o processo de industrialização alavancado a partir da segunda política de substituição de importações, componente do Plano de Metas do Governo JK, permitiu o desenvolvimento de um setor industrial moderno, diversificado e organizado, em termos da base técnica e produtiva, segundo os padrões fordistas. Entretanto, esse processo não foi acompanhado de um movimento paralelo de relativa homogeneização social, tal como o experimentado pelos países capitalistas centrais no II Pós-Guerra, visto que não se consolidou neste país o padrão de regulação que deu sustentação ao autêntico modelo fordista de desenvolvimento.

De fato, a não universalização de direitos sociais básicos (incluindo-se dentre estes o acesso a uma educação gratuita e de qualidade) e a ausência de uma reforma agrária que corrigisse a tendência à concentração da propriedade rural promovida pela industrialização foram os principais responsáveis pelo deslocamento para os centros urbanos de grandes contingentes de força de trabalho dotados de um baixo nível de qualificação.

O extenso “exército industrial de reserva” assim constituído e a ausência de um sistema público de seguridade social que desse proteção aos desempregados<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O Seguro –Desemprego, por exemplo, só foi instituído em 1986 e, mesmo assim, com regras bastante restritivas quanto aos critérios de acesso e ao valor do salário-desemprego

ensejaram a segmentação do mercado de trabalho e o crescimento da informalidade no Brasil. (LIMA, 2004, p.101-102)

Em termos conceituais, o setor informal, é aqui entendido como aquele que compreende os espaços produtivos ocupados por trabalhadores autônomos e por pequenas unidades de produção ou de prestação de serviços que não se organizam nos moldes tipicamente capitalistas, sendo oriundos do próprio processo de diferenciação da estrutura produtiva que resulta da dinâmica de acumulação capitalista. (CACCIAMALI, 1983, p.27)

Segundo a autora citada, os seguintes elementos caracterizam esse segmento da estrutura produtiva:

- O produtor direto é proprietário dos meios de produção e ocupa, simultaneamente, as funções de patrão e empregado;
- A produção utiliza mão-de-obra familiar e/ou um pequeno número de trabalhadores remunerados;
- A renda obtida com a venda das mercadorias ou execução dos serviços é revertida para o consumo familiar e para a manutenção da atividade econômica, não havendo, em geral, a possibilidade de acumulação;
- A atividade é dirigida pelo fluxo de renda que fornece ao proprietário dos meios de produção e não por uma taxa de retorno competitiva;
- Existem vínculos pessoais entre os que trabalham, sendo usual a utilização de mão-de-obra familiar;
- A eventual fragmentação do trabalho não impede que o trabalhador tenha conhecimento de todo o processo de produção ou de prestação do serviço. (CACCIAMALI, 1983, p.29)

Refletindo acerca do binômio formalidade/informalidade, a autora adverte que a criação e delimitação do setor informal dependem do próprio ritmo de acumulação capitalista. Isto porque o processo de diferenciação da estrutura produtiva que resulta da dinâmica de acumulação do capital, permanentemente, cria e destrói oportunidades para a pequena produção não organizada nos moldes tipicamente capitalistas. Além disso, diante da retração do nível de atividade econômica é para esse

setor que migram os trabalhadores tornados supérfluos no segmento formal da economia, em busca de alternativas de ocupação e de geração de renda.

Um argumento muito em voga, principalmente entre os organismos internacionais, é o de que a crise atual do emprego e o aumento da informalidade teriam suas raízes na excessiva rigidez do mercado de trabalho e nos elevados custos de contratação e demissão da mão-de-obra. Por conseguinte, as soluções apontadas são a flexibilização das normas de regulamentação do trabalho e a redução dos encargos sociais.

Em contraposição a este argumento, vale destacar que, especialmente no Brasil, a já histórica flexibilidade do mercado de trabalho – retratada nas altas taxas de desemprego aberto e no peso significativo do setor informal –, bem como o baixo custo da mão-de-obra figuram exatamente como alguns dos itens que favorecem a competitividade do país no que se refere ao fator trabalho. Portanto, carece aqui de sustentação a afirmação de que a rigidez das relações de trabalho e os elevados encargos sociais são os principais empecilhos para a criação de empregos formais. (SALM; FOGAÇA, 1998, p. 166-167).

Nesse sentido, reafirma-se aqui a visão de que a geração de empregos depende de um processo de acumulação de capital, cuja dinâmica é determinada por decisões baseadas em expectativas acerca do comportamento futuro da taxa de lucro. É, portanto, o ritmo da acumulação que regula tanto o volume de emprego quanto o nível de salários. (MARX, 1985, p. 192)

É alinhado a essa última vertente que Pocchman (1998, p.228) adverte para a insuficiência das chamadas “políticas de mercado de trabalho” - tais como desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, intermediação e qualificação de mão-de-obra, antecipação de aposentadorias, retardamento do ingresso de jovens no mercado de trabalho, etc - para solucionar a atual crise do emprego, diante das restrições impostas por condicionantes macroeconômicas.

Particularmente no que se refere à informalidade das relações de emprego, dependendo do ritmo e do padrão de crescimento econômico, será criada uma segmentação na estrutura produtiva com maior ou menor espaço a ser ocupado pelo setor informal, cujas características em termos de aporte mínimo de capital,

produtividade e rentabilidade, condicionam a adoção de relações de emprego informais como mecanismo de redução de custos e de aumento da competitividade. Para o enfrentamento da informalidade presidida por esta lógica a atuação direta do Estado mediante as chamadas políticas de mercado de trabalho teria baixa efetividade devendo este priorizar as alternativas de política econômica explicitamente voltadas para a promoção da dinâmica de acumulação do capital produtivo, com vistas à redução gradativa do segmento informal. (DUAILIBE, 2007)

### **3 A “VELHA” E A “NOVA” INFORMALIDADE NO BRASIL**

A economia brasileira, a partir da década de 1990, vivenciou um rápido e abrupto processo de abertura econômica que estava diretamente atrelado a uma nova forma de organização produtiva: o mercado interno passou a ter um papel coadjuvante em relação ao mercado internacional, já que se buscava uma maior interação com o mercado global. (DEDECCA, 1998, p. 2)

Segundo Dedecca, verifica-se a partir dessa nova configuração, que as empresas nacionais, em face à concorrência externa, acirraram a competição entre si, concomitante à diminuição da participação da produção interna no mercado nacional. Assim, houve uma maior “internacionalização da propriedade das empresas, uma maior dependência tecnológica e uma especialização da estrutura industrial (... )” (DEDECCA, 1998, p.3). Perante essa realidade, as firmas adotaram estratégias de reestruturação baseadas principalmente na redução de custos, afetando o nível de emprego industrial.

O mercado de trabalho se mostrou muito sensível aos rearranjos impressos pela reestruturação produtiva, sobretudo no que tange à relação entre os segmentos formal e informal da economia.

Durante o período em que a economia brasileira foi capitaneada pelo modelo de substituição de importações, ocorreu o crescimento e a diversificação do setor industrial, que era voltado para atender as necessidades do mercado interno. Entretanto, o crescimento do emprego industrial daí decorrente não foi suficiente para absorver a quantidade de mão-de-obra disponível nas áreas urbanas, uma vez que o

acelerado desenvolvimento industrial mitigou a participação do setor agrícola, ocasionando um intenso fluxo migratório.

Essa população migrante foi absorvida predominantemente em ocupações relacionadas a serviços de consumo pessoal, assumindo uma dimensão equiparada ou até mesmo superior àquela representada pelas ocupações assalariadas oriundas das grandes empresas e do setor público.(DEDECCA,1998, p.5)

A interação produtiva entre os segmentos formal e informal não era tão nítida, dado o elevado grau de internalização e verticalização das grandes empresas. Assim, naquele cenário de acelerado crescimento industrial, o setor formal engendrava novos postos de trabalho, absorvendo a mão- de-obra egressa do setor informal, constituindo um fluxo de mão-de-obra unidimensional. Nesse momento, a conexão que regia o setor formal e o informal era a renda, uma vez que os salários originados no primeiro, financiavam os gastos com serviços e produtos gerados no segundo. (DEDECCA,1998, p.7)

Sobretudo a partir da década de 1990, com o avanço do processo de reestruturação produtiva e das políticas de orientação neoliberal, o setor formal que antes era capaz de gerar postos de trabalhos, deixou desempregados trabalhadores que até então estavam habituados ao assalariamento. Ademais, com as estratégias empresariais de externalização e desverticalização da produção, bem como de flexibilização das normas de contratação da mão-de-obra, como parte das medidas de redução de custos, a relação entre o setor informal e o setor formal passou a se estabelecer através do circuito produtivo. Isto porque o setor formal passou a contratar produtos e serviços do setor informal.(DEDECCA,1998, p. 8).

Reforçando a argumentação do autor supra-citado, Tavares (2004) enfatiza a reemergência de formas precárias de trabalho, como o trabalho domiciliar por exemplo, em um processo de redefinição das relações de produção e do modo como nelas se inserem as relações informais de trabalho, sendo estas funcionais à reprodução do grande capital, no atual contexto de reestruturação capitalista. Segundo a autora, o trabalho informal cumpre a mesma função do formalmente contratado, ocupado na indústria, nos ramos comerciais e financeiros, “sob uma explícita relação empregado-empregador”. (TAVARES, 2004, p.19)

Dado o que foi até aqui exposto, evidencia-se que o processo de reestruturação produtiva estampou uma nova configuração ao mercado de trabalho brasileiro, acarretando a sua precarização e a ascendência cada vez mais acentuada do setor informal.

De fato, analisando-se a População Economicamente Ativa Brasileira na última década do século XX, verifica-se que em 1995 o somatório dos trabalhadores ocupados no segmento formal e no informal produtivo representava o mesmo nível de ocupação observado em 1990. Um primeiro aspecto que chama a atenção neste dado é a estabilidade do nível de ocupação, apesar de uma certa recuperação da produção industrial, o que pode ser justificado pela elevação da produtividade decorrente das estratégias de reestruturação empreendidas no período. Um segundo aspecto a destacar é que a manutenção do nível de ocupação deu-se mediante um aumento do setor informal produtivo e concomitante redução do nível de ocupação no setor formal. Somando-se a isso ocorreu um incremento significativo do setor informal tradicional, voltado para a produção de bens e serviços pessoais. Tal expansão do setor informal se explica pela retração do setor formal face à desaceleração do consumo interno e do investimento privado, em um contexto de intensificação da concorrência externa e de redução dos gastos públicos. (DEDECCA, 1998, p. 9-11)

Em compensação, centrando o foco da análise nos anos 2000, constata-se, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego - CAGED, que, face ao maior crescimento do Produto Interno Bruto (em 2007 cresceu 5,4%, representando a maior taxa anual registrada desde 2004), no período de janeiro de 2003 a setembro de 2008 foram gerados 11,010 milhões de novos de postos de trabalho formais.

## **CONCLUSÃO**

Os dados anteriormente apresentados comprovam a tese defendida neste texto de que é o ritmo de acumulação capitalista que regula os níveis de emprego e de salários e, consequentemente, a própria conformação do mercado de trabalho, sobretudo, no que se refere à relação entre os segmentos formal e informal. Assim

sendo, refuta-se o argumento frequentemente invocado pelos adeptos do neoliberalismo de que as chamadas políticas de mercado de trabalho, especialmente aquelas direcionadas para a flexibilização das relações e do mercado de trabalho são suficientes para enfrentar a crise atual do emprego que tem como uma de suas faces o crescimento do trabalho informal.

Ao contrário, as medidas de flexibilização das relações de trabalho tendem a reforçar o crescimento da informalidade, considerando-se a nova forma de articulação entre os segmentos formal e informal da economia brasileira que sobressai no bojo do atual processo de reestruturação capitalista. Com efeito, as estratégias empresariais de externalização e desverticalização da produção fizeram emergir um setor informal produtivo que é funcional à reprodução do segmento formal, mediante o fornecimento de bens e serviços ao grande capital, a baixos custos, configurando uma disfarçada e ao mesmo tempo explícita relação empregado/empregador.

## REFERÊNCIAS

- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal urbano e formas de participação na produção.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. Reorganização Produtiva e Relações de Trabalho no Brasil – anos 90. Ensaio realizado para a sessão de trabalho LAB19 Brazil's New Unionism Meets Global Economic and Technological Change: Shopfloor, Sectoral, and Peak-Organizational Responses do XXI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinoamericanos, Chicago, 23 a 25 de setembro de 1998.
- DUAILIBE, Mônica Damous. **Condições subjacentes à informalidade das relações de emprego:** uma avaliação para o Maranhão. Projeto de Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas)-Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.
- LIMA, Valéria Almada. **Qualificação e emprego no Brasil:** uma avaliação dos resultados do PLANFOR. Tese. 2004. (Doutorado em Políticas Públicas) Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.
- MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas, v. 2).

POCHMANN, Márcio. Desemprego e políticas de emprego no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.). **Economia e Trabalho** – Textos básicos. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. p. 219-233.

SALM, Cláudio L; FOGAÇA, Azuete. Tecnologia, emprego e qualificação: lições do século XIX. In: DIEESE (Org.). **Emprego e desenvolvimento tecnológico**: Brasil e contexto internacional. São Paulo: DIEESE/CESIT, 1998. p. 157–191.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista** – informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.